



Cinco anos do
desastre-crime
da Vale

No curso das águas,
a luta pela reparação


INSTITUTO
GUAICUY



Cinco anos do **desastre-crime** **da Vale**

No curso das águas,
a luta pela reparação





Apresentação	4
A história de construção do Guaicuy como Assessoria Técnica Independente	7
A Informação como escudo	14
A água é o caminho	23
Território atendido	30
Rio Paraopeba	32
Represa de Três Marias	42
Rio São Francisco	52
Legendas	60



JOANA TAVARES

Apresentação

Revista ilustrada marca os cinco anos do desastre-crime da Vale e busca apresentar vidas e lutas das pessoas atingidas no Baixo Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco

O horror se manifestou mais uma vez no estado de Minas Gerais no dia 25 de janeiro de 2019. Como se não bastasse uma imensa tragédia como exemplo, aquela de 5 de novembro de 2015, novamente a ganância, a inoperância e as consequências de um modelo insustentável de mineração e de política levaram a um evento difícil de descrever. Mesmo quem passou por ele, quem trabalha de alguma forma com seus efeitos, quem já viu muitas e muitas vezes as imagens da lama pode ter essa dificuldade: como descrever que uma mina de rejeitos de uma das maiores mineradoras do mundo possa simplesmente romper? Como é possível descrever que rejeitos tóxicos tenham invadido casas, salas de trabalho, pousadas? Tenham soterrado e matado pessoas, um rio, animais, diversos ecossistemas e modos de vida?

Nesta revista, nossa intenção é destacar os vários tipos de impactos que esse evento de proporções imensas gerou, efeitos que perduram no tempo e se reatualizam no cotidiano de milhares de pessoas atingidas.

Como determina o Acordo Judicial de Reparação, foram 26 municípios atingidos, na Bacia do Rio Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco. Com a eleição das ATIs que acompanham as populações dessas cinco regiões, o Guaicuy ficou com a responsabilidade de trabalhar nas Regiões 4 e 5, geograficamente mais distantes do epicentro do rompimento.

Ao longo de anos de trabalho junto às pessoas e aos territórios, a equipe do Instituto testemunhou diversas histórias sobre como o rompimento mudou radicalmente a vida e as perspectivas das pessoas. Um dos objetivos desta publicação é trazer um pouco do olhar e da realidade dessas mulheres, homens e crianças. Traremos aqui imagens de algumas pessoas das comunidades ao longo do território, identificadas por sua localização e nome.

Infelizmente, não será possível detalhar a pluralidade de perguntas, de relatos, de questionamentos, nem todas as revoltas, as dores e as lutas dessas pessoas, tampouco todos os retratos de pessoas que atendemos nas regiões assessoradas. Mas esperamos que, a partir das imagens selecionadas para esta revista, seja possível conhecer um pouco a realidade das pessoas atingidas que vivem de Curvelo a Três Marias. Pessoas de regiões cujos danos nem sempre têm a mesma visibilidade, que muitas vezes precisam lutar pelo direito de serem reconhecidas assim, como atingidas – mesmo estando longe de onde ocorreu essa tragédia que mudou suas vidas.

A diversidade é grande: são pescadores que não podem mais pescar ou que veem os peixes e o rio em agonia; são artesãs que reaprendem a trabalhar com as mãos; quituteiras que perderam clientela; pessoas aposentadas com o sonho

de descansar na beira d'água e que precisam mudar os planos; quem vivia do turismo e busca reinventar formas de complementar a renda; povos indígenas que sentem a dor do rio; quilombolas que sentem as mudanças na terra; crianças que aprenderam desde cedo palavras diferentes do vocabulário infantil: reparação, luta, mineração, participação...

Esta revista é publicada na data que marca os cinco anos do rompimento. Ela traz um resumo da trajetória da assessoria técnica, apresenta brevemente os territórios, explica o trabalho do Guaicuy e traz uma seleção de fotos das pessoas e suas comunidades.

Se você já conhece o tema, é uma oportunidade para se reconectar com quem o vivencia cotidianamente. Se, para você, esse assunto todo é de alguma forma novidade, sugerimos começar olhando as fotos, buscando sentir o que essas imagens trazem de força, de exemplo de que é necessário não esquecer, de que é preciso honrar a memória e os sonhos, de que é preciso garantir que tragédias como essa não voltem a manchar nossa história.

Nós, do Instituto Guaicuy, deixamos nosso imenso agradecimento e respeito às pessoas que nos receberam e dividiram conosco um pedaço de suas vivências. Esperamos que este material seja útil para vocês, que contribua para o processo de reconhecimento e de sensibilização da importância da

reparação. Uma reparação que, para ser digna desse nome, deve ter a participação e a decisão das pessoas que precisam dela. Seguiremos lado a lado na luta por direitos, pelo meio ambiente e por um mundo mais justo e sustentável.

Paulo Marques | Acervo Instituto Guaicuy



Cine D'Água: evento formativo em que o Instituto Guaicuy apresenta e debate produções audiovisuais e outros materiais nas comunidades atingidas das Regiões 4 e 5 (2023)



MARCUS VINICIUS POLIGNANO
Diretor Institucional da ATI Paraopeba | Instituto Guaicuy

A história de construção do Guaicuy como Assessoria Técnica Independente

O trabalho junto às pessoas atingidas na Bacia
do Paraopeba, na Represa de Três Marias e no
Rio São Francisco



Imagens da aprovação dos Planos de Trabalho pelas pessoas atingidas (2019)

Em 25 de janeiro de 2024 completam-se cinco anos do rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale no Córrego do Feijão, um dos maiores desastres-crime da história do continente, que carrou 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos para dentro do Rio Paraopeba ao longo de toda a sua extensão, chegando até a Represa de Três Marias e o Rio São Francisco.

O saldo nefasto deste crime foram 272 joias (vidas) perdidas, um rio contaminado e dezenas de milhares de pessoas atingidas com perdas de bens materiais, processos produtivos, meios de subsistência, comprometendo ainda valores culturais e ambientais, a qualidade de vida e saúde de seres humanos e da biota aquática.

Depois de tantas tragédias-crime, houve a mobilização de movimentos sociais e do Ministério Público de Minas Gerais pela aprovação do Projeto da Lei Mar de Lama Nunca Mais, que propôs a implantação da Política Estadual de Segurança de Barragens (Pesb), impedindo a construção de barragens a montante, e determinando o descomissionamento das barragens do tipo existentes e a retirada de comunidades da região de autossalvamento. O projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em fevereiro de 2019, semanas depois do desastre-crime da Vale em Brumadinho, e tornou-se a Lei Estadual 23.291/2019.

Dois anos depois, dando sequência à conquista de direitos a partir da mobilização social, foi aprovada a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab) – Lei Estadual 23.795/2021. A Peab garante o direito das pessoas atingidas a uma Assessoria Técnica Independente (ATI) “escolhida pelos atingidos e a ser custeada pelo empreendedor, para orientá-los no processo de reparação integral”.

O INÍCIO DO TRABALHO DA ASSESSORIA

Foi em meio a esse cenário de dor, danos e incertezas que o Instituto Guaicuy começou seu trabalho como ATI nas Regiões 4 (municípios de Curvelo e Pompéu) e 5 (municípios de Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias) após um processo de eleição direta pelas pessoas atingidas, em julho de 2019 na Região 4 e em agosto do mesmo ano na Região 5. Os resultados foram homologados pelas Instituições de Justiça (IJs), respectivamente, em agosto e setembro de 2019.

O debate sociológico considera aceitável definir um desastre como uma situação de estresse coletivo relacionada a um acontecimento físico perturbador. Tal relação expressaria um colapso da cultura e do modo de vida vigente. Assim, embora os desastres sejam distúrbios graves e multidimensionais na rotina de uma dada coletividade, as explicações em torno dessa

situação anormal não deveriam deixar de perscrutar o processo normal que a forjou.

Ou seja, entramos no território num momento da história em que o fator causador já teria provocado seu impacto mais imediato, ao mesmo tempo em que, ao longo da Bacia, as pessoas atingidas continuavam sofrendo perdas contínuas e sistêmicas sem serem reconhecidas como tal.

DESAFIOS DO TRABALHO

A ATI entra no processo na perspectiva de diminuir a assimetria do poder econômico, uma vez que as grandes empresas da mineração dispõem de uma estrutura de pessoal e financeira incomensuravelmente maior que as pessoas atingidas. O primeiro grande desafio foi dar visibilidade às pessoas atingidas, identificando o perfil social, econômico, cultural. Enfim, elevar a voz e dar vez aos que sofreram as consequências de todo o impacto.

O Instituto Guaicuy já vinha de uma história de lutas e mobilizações sociais na busca de qualidade de vida, saúde e cidadania tendo as águas como eixo mobilizador e as Bacias hidrográficas como território de ação, apoiando as ações do Projeto Manuelzão nas Bacias do Rio das Velhas e do Rio São Francisco.

Construir um processo de entendimento sobre quem são as pessoas atingidas e as consequências para os diferentes grupos sociais continua a ser um grande desafio, pois, neste contexto,

estamos falando de grupos bem diversos como comunidades pesqueiras, ribeirinhas, pequenos agricultores, moradores de assentamentos, quilombolas, grupos indígenas e outros.

Ou seja, conseguir identificar (para/com as pessoas atingidas) os danos individuais e coletivos, apresentando linguagens adequadas de comunicação e de mobilização para grupos tão diversos foi outro grande desafio. Adquirir a confiança das pessoas atingidas é uma busca constante num processo que se arrasta judicialmente ao longo dos anos.

Muitas vezes, a tentativa de controle impõe limites e diminui as possibilidades para se ampliar e trazer para dentro do processo judicial os resultados de estudos e levantamentos feitos, que muito poderiam contribuir na defesa e no debate da reparação integral.

Outro enorme desafio foi a pandemia de Coronavírus (Covid-19), que eclodiu no Brasil em março de 2020 e que foi responsável pelo adoecimento e pelo falecimento de centenas de milhares de pessoas no país ao longo dos anos. A Covid-19 obrigou que o Guaicuy se reorganizasse, a fim de realizar o trabalho com as pessoas atingidas preferencialmente de maneira virtual, com todas as dificuldades impostas pela limitações de comunicação e internet em comunidades rurais.

Em 21 de fevereiro de 2021, também fomos surpreendidos pela assinatura de um Acordo de Reparação entre a Justiça, o Estado e a Vale, sem que as pessoas atingidas tivessem sido diretamente representadas, e nem mesmo que as ATIs tenham sido ouvidas. O Acordo, a partir daquele momento, acabou balizando as ações de todos os atores relacionados às pessoas atingidas, ou seja, as ATIs e as IJs.

Ao longo do processo, outro enorme desafio foi o financiamento das ATIs, em meio ao bombardeio da Vale e das próprias IJs. As Assessorias sofreram com a falta de clareza a respeito dos escopos de trabalho e sobre a garantia de recursos para manter suas atividades.

BATALHAS COTIDIANAS DA LUTA POR REPARAÇÃO

As medidas mitigadoras postas em curso procuram cercar-se de competências científicas e métodos que possam subestimar os danos ecológicos e sociais provocados; posterga-se o tanto quanto possível o pagamento de indenizações e tornam-se lentas as medidas recuperativas. Espera-se que o “retorno à normalidade”, no autoajustamento das dinâmicas ambientais e dos recursos socioecológicos restantes, faça desaparecer os vestígios mais comprometedores da tragédia e as alegações correspondentes dos que reivindicam compensações.

De outro lado, um grande problema se refere ao posicionamento da ATI no processo judicial, pois as intervenções da assessoria se dão unicamente junto às Instituições de Justiça (Defensoria Pública e Ministérios Públicos Federal e Estadual), que são as representantes no processo dos titulares dos direitos, as pessoas atingidas.

Quando mergulhamos no escopo e nas necessidades das populações atingidas, percebemos o quanto estas se colocam como emergenciais e necessárias, e isso nos torna depositários fiéis de demandas que, por vezes, mesmo com as tentativas de sensibilização, não são levadas ao processo pelas IJs, muito além do que os planos de trabalho são capazes de elaborar.

O TRABALHO COM AS PESSOAS ATINGIDAS

Em meio a tantos desafios, o Guaicuy, ao longo do processo, procurou seguir o seu norte: mobilizar e fortalecer as articulações das pessoas atingidas. Nosso objetivo sempre foi contribuir para que, acima de tudo, as pessoas atingidas pudessem manter a esperança e se fortalecer mutuamente na luta pela reparação integral. Guiados pela nossa história e pelos nossos princípios, procuramos articular núcleos nas diversas localidades e interagir com os movimentos organizados existentes na Bacia. Dessa forma, a luta das pessoas atingidas conseguiu emergir da lama para mostrar a sua identidade e realidade.



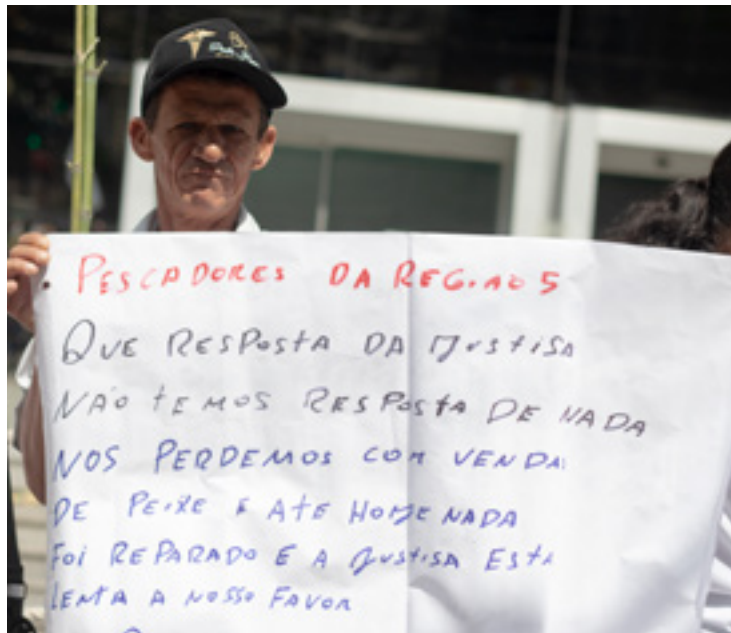
Pessoas atingidas se manifestam em Belo Horizonte reivindicando indenizações (2023)

Foram elaborados diversos planos de trabalho em parceria com as pessoas atingidas, assim como foram executados diversos estudos técnicos no campo da saúde, da biodiversidade aquática, da sociologia e da economia, sempre dentro de uma abordagem ecossistêmica, demonstrando que as consequências e os danos sofridos eram sinérgicos, sistêmicos e continuados ao longo do tempo. Por isso, sempre incentivamos as pessoas atingidas a lutar, para além do Acordo Judicial, pela reparação integral dos danos individuais e coletivos.

A participação efetiva e organizada das comunidades é um fator determinante, pois, a cada dia, as pessoas entendem que são elas os atores legítimos e ativos dessa luta, tomando para si essa responsabilidade, e até formando grupos auto-organizados, como as Guerreir@s e o Sentinelas.

Ao longo desse processo, construímos uma história, trazendo a verdade dos fatos e colocando luz nos impactos sofridos pelas diferentes comunidades, para que essas não sejam caladas ou invisibilizadas, para que o adoecimento ao longo deste tempo seja seguido por um novo momento, no qual as populações atingidas prosperem. Essa prosperidade

Fabiano Lana | Acervo Instituto Guaicuy



Ato no dia 25 de janeiro em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2023)

não é favor da Vale, e nem pode ser motivo de propaganda, seja ela política ou institucional, por parte da empresa. Trazer de volta a vida mais próxima possível da normalidade que existia na Bacia do Rio Paraopeba antes do rompimento da barragem é, simplesmente, uma obrigação e uma determinação judicial, à qual a Vale foi condenada pelo crime que cometeu.

Nesta publicação, procuramos trazer e deixar registrado, após cinco anos, a construção desta história, contribuindo para explicitar a importância da Assessoria Técnica Independente na articulação e na defesa dos interesses difusos das pessoas atingidas. Por último, cabe dizer que esta história só foi possível pela dedicação e pela qualidade técnica da equipe do Guaicuy, aliadas aos compromissos éticos junto às comunidades, buscando o acolhimento, a solidariedade, o respeito às diversidades, a troca de saberes e o empoderamento coletivo.

Manter viva a luta é o grande desafio, pois se aposta no desgaste das pessoas atingidas para aplacar as reivindicações e o direito de uma reparação integral.

Durante todo o tempo que falta na luta pela garantia da reparação integral, tempo esse que esperamos que seja o mais breve possível, o Guaicuy segue e seguirá lado a lado com as pessoas atingidas. Contem conosco!



Uma das principais funções da ATI é garantir a participação informada das pessoas atingidas no processo de reparação. Isso ocorre, muitas vezes, em reuniões em localidades de difícil acesso, como a retratada na fotografia acima, realizada na comunidade de Paraíso, localizada às margens da Represa de Três Marias, em Felixlândia (2022)

A silhouette of a person's profile looking out over a sunset over water, with a branch of a tree in the foreground.

LAURA DE LAS CASAS

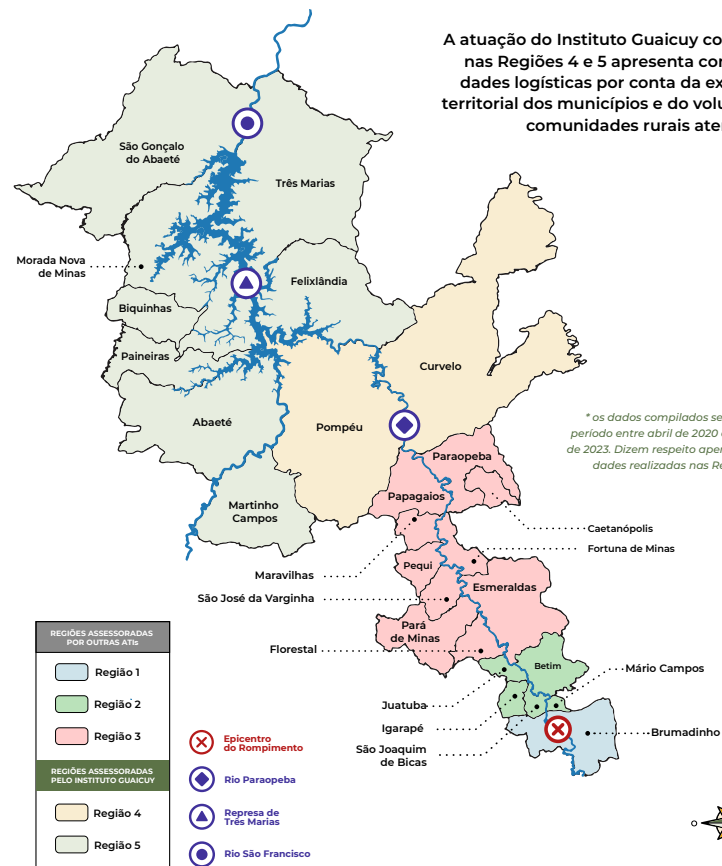
A informação como escudo

Conheça como a Assessoria Técnica
Independente constrói junto às pessoas
atingidas as possibilidades de uma
reparação de danos justa e participativa

O Rio Paraopeba está logo ali, mas ele não pode ser tocado, mergulhado e vivido como antes, porque nessas águas existem toneladas de rejeitos de minério vindos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 2019. O desastre-crime afetou 26 municípios, além de todo o ecossistema da Bacia do Paraopeba, e inaugurou nesses territórios um difícil processo, no qual é possível perceber um grande desequilíbrio de forças. De um lado a Vale, uma das maiores empresas do mundo. Do outro, pessoas como pescadores, quilombolas, agricultores familiares, indígenas, empreendedores do turismo, moradores de centros urbanos e de áreas rurais. Mas, então, como tentar equilibrar as forças rumo a uma justa reparação dos danos materiais e imateriais causados pela irresponsabilidade da mineradora?

Em busca de caminhos possíveis, em 2019, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) elaborou um edital para eleger quais seriam as organizações responsáveis por assessorar as dezenas de milhares de pessoas prejudicadas pela Vale. Entre abril e agosto do mesmo ano, 21 entidades sem fins lucrativos se credenciaram para participar do processo de escolha, se apresentando publicamente às comunidades, que foram divididas em cinco regiões. As entidades foram legitimadas pelas assembleias após votação, e assim o Instituto Guaicuy foi eleito responsável por esse trabalho nos municípios de Curvelo

 Km's rodados 729 mil*	 Equivalente a 18 voltas no planeta	 Atividades realizadas 3.311*	 Comunidades assessoradas 108
--	--	--	--



e Pompéu (Região 4), e em Abaeté, Biquinhas, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias (Região 5). A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi escolhida para atuar nas Regiões 1 e 2, o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab) foi escolhido na Região 3.

Com três anos e meio de atuação do Guaicuy nas duas regiões, já foram mapeadas cerca de 108 comunidades no Baixo Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco

Ao longo dos últimos anos de trabalho como Assessoria Técnica Independente (ATI), muitas ações foram desenvolvidas pelo Instituto com o objetivo de levar às pessoas atingidas informações facilitadas sobre seus direitos. Também é papel do Guaicuy, enquanto ATI, possibilitar o entendimento das comunidades sobre cada movimento do processo judicial, além da elaboração de estudos técnicos e independentes para que as pessoas envolvidas possam entender, mensurar e valorar os prejuízos sofridos, em todas as suas dimensões. Tudo isso é feito por uma equipe multidisciplinar, com profissionais das

áreas da saúde, direito, comunicação, agrárias, economia e ambiental, entre outras.

MAPEAMENTO DE TERRITÓRIOS E PESQUISAS

Quando o Instituto começou os trabalhos nos territórios, o MPMG havia identificado 34 comunidades que se reconheciam como atingidas pela Vale nas Regiões 4 e 5. Com três anos e meio de atuação do Guaicuy nas duas regiões, já foram mapeadas cerca de 108 comunidades no Baixo Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco. “Esse reconhecimento foi fundamental para que muitas pessoas pudessem ter acesso a informações sobre os seus direitos de reparação”, avalia Carla Wstane, diretora do Instituto.

O trabalho não foi fácil. Ainda no período da pandemia, profissionais do Instituto seguiram para zonas rurais, loteamentos e comunidades que identificavam por meio de mapas e imagens de satélites para, ali, realizar o primeiro contato com muitas pessoas atingidas, nos chamados “campos de reconhecimento”. Hoje, todas as que manifestaram interesse recebem o auxílio do Guaicuy para o acompanhamento do processo de reparação.

Para garantir o acesso à informação das pessoas atingidas, o Instituto executou uma série de estudos técnicos e análises

ambientais. Entre os meses de junho de 2021 e fevereiro de 2022, o Guaicuy organizou uma pesquisa sobre os danos e agravos na saúde da população atingida, nas Regiões 4 e 5. Entre os impactos, estão danos à saúde física e mental, bem como aumento de demandas para os serviços de saúde locais. Esse levantamento também foi importante para entender que, após o rompimento da barragem de rejeitos, houve diversos prejuízos nos modos de vida, no trabalho e na renda, na segurança alimentar e nutricional, assim como o surgimento de conflitos familiares e comunitários, e situações de estigma e discriminação.

A desconfiança sobre a qualidade da água do Rio Paraopeba é um dos maiores medos das pessoas atingidas pelo desastre-crime. Até os municípios de Curvelo e Pompéu, às margens do curso d'água, é possível avistar as placas recomendando a não utilização do rio e dos poços que estejam a menos de cem metros dali, mas, até hoje, não há explicações ou entregas de resultados por parte da Vale ou do Poder Público sobre a situação do Paraopeba e da Represa de Três Marias, mesmo depois de cinco anos. Quem antes usava o rio para atividades domésticas, pesca ou lazer, até hoje convive com a falta de respostas conclusivas sobre a forma como ele foi afetado pelo rejeito.

Nas comunidades atingidas, existem diversos relatos sobre a presença constante de empregados da Vale realizando

coletas de amostras ambientais. Mas o acesso a esses resultados não acontece de forma transparente, contribuindo ainda mais para a insegurança da população afetada. A mineradora segue garantindo que a lama tóxica não ultrapassou o reservatório de Retiro Baixo (na divisa de Pompéu, Curvelo e Felixlândia). Mas os danos socioambientais são notados pelas pessoas atingidas, a olho nu. As pessoas que têm contato com as águas do rio continuam tendo reações alérgicas e outros problemas de saúde.

Dessa forma, entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2022, o Guaicuy se dedicou a coletar e analisar solos e sedimentos, águas subterrâneas e superficiais e comunidades aquáticas do Paraopeba, da Represa de Três Marias e de reservatórios para análises ambientais. O objetivo era, por meio de um recorte, apontar possíveis impactos e demonstrar a necessidade do contínuo monitoramento por parte da Vale e de estudos aprofundados a serem apresentados às comunidades.

Os estudos, que estão disponíveis no site do Instituto, foram feitos em múltiplos pontos e em diferentes épocas do ano, a fim de respeitar a dinâmica do rio, que naturalmente se altera de acordo com as estações, e mostraram a presença de elementos químicos acima dos limites permitidos pela legislação nas águas e nos peixes. As coletas e análises laboratoriais foram realizadas por empresas terceirizadas, sem relação com a Vale.



Encontro de Comissões da Região 4, realizado no mês de novembro, em Pompéu (2023)



Encontro de Comissões da Região 5, realizado no mês de novembro, em Pompéu (2023)



A escuta e o acolhimento às pessoas atingidas pautam o trabalho do Guaicuy (2023)

Já o Instituto Guaicuy interpretou os resultados e divulgou para as populações atingidas. Todos os resultados foram apresentados às comunidades assessoradas pelo Guaicuy por meio de reuniões presenciais e online, além de materiais informativos.

Também em 2020, a equipe do Instituto, junto a uma consultoria contratada, começou um importante estudo chamado Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas (DFIPA). O DFIPA foi uma pesquisa para identificar como o rompimento da barragem da Vale impactou as comunidades de Pompéu e Curvelo (Região 4). Outro relevante levantamento realizado entre novembro de 2021 e janeiro de 2022 pelo Guaicuy foi a Pesquisa Domiciliar, dessa vez nos municípios da Região 5, na região da Represa de Três Marias. Os mais de 2100 questionários foram aplicados em 48 comunidades diferentes, sendo que algumas entrevistas também foram feitas por telefone. A pesquisa teve como objetivo conhecer melhor a realidade das comunidades, além de detalhar os danos causados pelo rompimento da barragem da Vale no cotidiano das famílias. Com esses dois estudos, foi possível identificar os danos sociais, econômicos, ambientais e culturais relatados pelas pessoas prejudicadas.

ACOLHIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Escutar, orientar, buscar encaminhamentos, compreender a dimensão dos danos e sistematizar as informações em bancos de dados confiáveis. Esses foram os papéis da Equipe de Acolhimento do Guaicuy, uma das primeiras atividades executadas pelo Instituto, por meio da atuação de profissionais das equipes de Direitos, Ciências Agrárias e Saúde e Assistência Social. Nos encontros individuais, as pessoas atingidas tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas relacionadas ao processo de reparação, sendo as mais frequentes sobre a indenização individual e os projetos previstos no Acordo Judicial de Reparação assinado entre Vale e Poder Público em fevereiro de 2021 (como o Programa de Transferência de Renda). Outras dúvidas recorrentes registradas foram sobre os problemas em relação ao Pagamento Emergencial e ao fornecimento de água (uma obrigação da Vale já definida na Justiça, no âmbito das chamadas medidas emergenciais).

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Pagamento Emergencial era um valor pago pela Vale para quem vive a até uma distância de 1 km da calha do Rio Parapeba, de Brumadinho a Pompéu (até a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo). Ele existiu de fevereiro de 2019 a outubro de 2021, quando foi substituído pelo Programa de Transferência de Renda



Paulo Marques | Acervo Instituto Guaicuy



Grupos auto-organizados de pessoas atingidas, como os coletivos Guerreir@s e Sentinelas, atuam na luta pela reparação integral nas regiões assessoradas pelo Instituto (2023)

(PTR), determinado pelo Acordo Judicial de Reparação. O PTR cumpre a mesma função com critérios diferentes, é gerido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e também contempla comunidades da região da Represa de Três Marias.

PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO

Em paralelo a todas as atividades desenvolvidas pelo Guaicuy, vem acontecendo também a construção do Sistema de Participação de Bacia, para possibilitar a integração, o intercâmbio e a atuação cada vez mais autônoma e qualificada das pessoas atingidas de todos os territórios, em especial para incidir nos rumos do Anexo 1.1 do Acordo Judicial de Reparação (projetos de demandas das comunidades e linhas de crédito e microcrédito). Para isso, foram formadas as Comissões de Pessoas Atingidas das Regiões 4 e 5. Sua composição tem o cuidado de garantir a diversidade de grupos dos territórios que foram prejudicados pelo desastre-crime da Vale. Além disso, os grupos buscam igualdade de participação entre homens e mulheres e inclusão de grupos sociais, tais como pessoas negras, juventudes, indígenas, pessoas LGBTQIA+, entre outras. O Guaicuy teve, então, o papel de facilitar a formação das Comissões, assim como promover os debates locais e regionais dos grupos, para que mais tarde seja realizada a discussão com todas as demais Comissões da Bacia do Paraopeba.

A intenção é que as Comissões se fortaleçam e atuem com autonomia frente aos discursos da mineradora no processo judicial.

“As pesquisas e as análises realizadas pelo Instituto foram fundamentais para um amplo entendimento dos danos sofridos pelas comunidades. Todas as questões trazidas por essas pessoas ajudaram e ajudam na construção de novas ações do Instituto para fortalecimento da participação informada das pessoas atingidas. Também foi de extrema importância a formação das Comissões, que são grupos fortes com voz ativa nas decisões. Só assim é possível conquistar uma reparação justa, o retorno de uma vida digna para cada pessoa envolvida no desastre-crime da Vale”, finaliza Carla Wstane, diretora do Instituto.

Pedro Lavigne | Acervo Instituto Guaicuy



Visita do MPMG à comunidade de Paraíso, em Felixlândia, para debater a reparação (2023)

CAMILA BASTOS

A água é *o caminho*

Como a lama de rejeitos seguiu pelo rio
e mudou a vida das pessoas do Baixo
Paraopeba e comunidades da Represa
de Três Marias e do Rio São Francisco

“Dano difuso” é o nome para as consequências de um grande abalo socioambiental que, de tão extensas, não podem ser delimitadas. É quando a contaminação das águas afeta os peixes e depois toda a cadeia que se alimenta deles, ou quando os metais pesados do rio transbordam para o solo, prejudicando as plantações da região. Cada problema leva a outro, pintando um quadro em que as comunidades são atingidas de forma complexa e sistêmica, ferindo seus próprios modos de vida e existência.

Quando a barragem da Vale se rompeu em Brumadinho, os rejeitos tóxicos da mineração se espalharam por centenas de quilômetros e atravessaram uma série de comunidades ao longo do Rio Paraopeba, com a possibilidade de ter afetado a Represa de Três Marias e o Rio São Francisco. Para além das centenas de vítimas fatais e dos danos ao meio ambiente, há a violação dos direitos humanos, uma vez que um desastre dessa magnitude traz sérias repercussões para a economia, a cultura e as relações sociais.

Desde maio de 2020 o Guaicuy trabalha formalmente como Assessoria Técnica Independente das pessoas atingidas entre Angueretá (em Curvelo) e Barra do Rio de Janeiro (em Três Marias), atendendo a cerca de 108 comunidades das Regiões 4 e 5, segundo a divisão estabelecida pelo Ministério Público de Minas Gerais no processo civil de repa-

ração. Nesta revista, vamos mostrar um pouco sobre como a história dessas pessoas foi atravessada pelo desastre-crime e como a luta por reparação passou a fazer parte de seus cotidianos.

A CHEGADA DA LAMA

Poucas horas após o rompimento, jornais de todo país anunciaram a chegada da lama à Represa de Retiro Baixo — entre os municípios de Curvelo e Pompéu — e previram a contaminação de todo o Rio Paraopeba. “O rio esta morto”, diziam. Não demorou para que a região conhecesse ali o seu primeiro atingimento: o medo e a insegurança. “Será que a lama vai chegar às casas, será que poderemos beber água do rio, será que é seguro se alimentar do peixe?”, questionavam.

As dúvidas também surgiram para quem não vivia ali e, pouco a pouco, sumiram os compradores do pescado, dos produtos artesanais, da produção agrícola. Os turistas, que eram tão frequentes naquela região privilegiada por belezas e riquezas naturais, pararam de aparecer. Alguns quilômetros de água abaixo, as comunidades do entorno da Represa de Três Marias e também banhadas pelo Velho Chico, viveram coisa parecida.

As hospedarias, antes lotadas por quem vinha de fora para aproveitar o contato com a natureza ou o turismo da pesca, passaram a ficar cada vez mais vazias. As pessoas que trabalha-

vam no comércio ou nos estabelecimentos de turismo perderam seus empregos, as artesãs não tinham mais para quem vender seus produtos e os doces regionais estragaram nas prateleiras.

Esses são apenas alguns exemplos dos diversos danos coletivos (que são causados a um determinado grupo ou classe) sofridos pelas pessoas dessas comunidades. Pela complexidade dos atingimentos que foram desencadeados a partir do rompimento da barragem da Vale, é extremamente complexo dimensionar todos esses efeitos.

DOSSIÊ DE DANOS

Por meio de muitas conversas, entrevistas, acolhimentos e diversas outras metodologias, o Guaicuy mapeou os danos que o desastre-crime trouxe — e traz — às pessoas das áreas assessoradas em um Dossiê de Danos que está disponível no site do Instituto. Esse documento foi elaborado com o objetivo de responder a perguntas fundamentais para a reparação integral das comunidades atingidas.

Por exemplo, como mensurar os danos em seus múltiplos aspectos e como identificar e atribuir valores de maneira que estejam à altura do sofrimento que a Vale gerou nas pessoas atingidas pelo rompimento?

O trabalho se dividiu em dois eixos principais: danos materiais e imateriais.



Pessoas atingidas têm construído Comissões para incidir no processo de reparação (2023)

Danos materiais, ou patrimoniais, são aqueles que afetam o patrimônio da pessoa atingida. Podem ser perda ou redução de receita ou gastos causados pelo rompimento, assim como prejuízos à renda, ao trabalho e ao patrimônio.

Entre alguns exemplos dos tantos danos encontrados no território assessorado pelo Instituto Guaicuy estão: endividamento das famílias, prejuízos à imagem dos negócios, desvalorização imobiliária, perda de posse, aumento de des-

pesas com saúde, deterioração de equipamentos e perda de oportunidades.

Já no eixo dos **danos imateriais**, ou extrapatrimoniais, a pesquisa se debruçou sobre como o rompimento afetou direitos humanos fundamentais ou direitos da personalidade e da dignidade das pessoas, tanto individualmente, quanto como comunidade. São danos decorrentes dos sofrimentos, da afetação à saúde mental e física, da perda ou deterioração à imagem e reputação e das múltiplas relações com o meio ambiente, com as famílias e a comunidade, com o trabalho e o modo de vida, com a cultura, memória, saberes e tradições.

Na região do Baixo Paraopeba, nas comunidades do entorno da Represa de Três Marias e banhadas pelo São Francisco, foram identificados danos como a perda de contato com a natureza, o enfraquecimento de laços familiares, prejuízos ao direito de ir e vir, à privacidade e à segurança, violações de direito à moradia e à educação, mudanças nas relações comunitárias e com o território, perdas de projetos e vida, agravamento de vulnerabilizações e tantos outros.

O TERRITÓRIO

Desde janeiro de 2019 o desastre-crime da Vale gera transformações profundas no ecossistema e na sociedade, não só na região do entorno, mas também nas áreas que permeiam o



O Guaicuy também realiza atividades formativas junto às pessoas atingidas (2023)

caminho percorrido pelos rejeitos. Para além da “zona quente”, região onde ocorreu o derramamento da lama tóxica, o rastro de destruição se estende até o entorno da Represa de Três Marias, que fica a cerca de 300 km de distância do epicentro do desastre.

REGIÃO 4

A Região 4 engloba as localidades atingidas nos municípios de Curvelo e Pompéu. De maneira geral, são comunidades rurais, uma vez que apenas 33 km², dentre os 5.800 km² do território, correspondem a centros urbanos. Em julho de 2019, as Instituições de Justiça identificaram cinco localidades atingidas na Região 4. Após um extenso trabalho de reconhecimento, atualmente o Guaicuy trabalha com 22 comunidades mapeadas na região, com uma estimativa de 8.156 pessoas atingidas.

REGIÃO 5

A Região 5 é composta pelos municípios de Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos e também é majoritariamente rural. Inicialmente, as Instituições de Justiça identificaram 17 localidades atingidas na Região 5 e, atualmente, o Instituto Guaicuy tem 86 comunidades mapeadas. A estimativa é que a Região 5 tenha aproximadamente 29.411 pessoas atingidas.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são aqueles que, entre outras características, se reconhecem a partir de formas próprias de organização social e que possuem forte vínculo com o território para exercer os seus modos de vida. Por essa relação com o território, quando o ambiente é afetado de maneira violenta, essas pessoas têm seus modos de vida particularmente atingidos, agravando vulnerabilidades socioambientais que já existiam e, também, causando novas.

No território assessorado, o Instituto Guaicuy atua com comunidades/grupos atingidos que se auto reconhecem como PCTs: o Povo Kaxixó (Martinho Campos e Pompéu), a Comunidade Quilombola Saco Barreiro (Pompéu), a Comunidade Cigana Calon de Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté), a Tenda Umbandista Rei Congo e a Casa de Caridade Maria Baiana (Morada Nova de Minas) e os Ribeirinhos da Calha do Rio São Francisco (São Gonçalo do Abaeté e Três Marias). Nesses povos, é nítida a maneira como a perda de acesso à água, aos meios de vida e ao contato com a natureza atingem diretamente as pessoas, uma vez que essas relações são parte de ritos, tradições e processos econômicos fundamentais para seus modos de vida.



O Guaicuy assessora também Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que foram atingidos pelo desastre-crime da Vale

Daniela Paoliello | Acervo Instituto Guaicuy



Pedro Lavigne | Acervo Instituto Guaicuy



Pedro Lavigne | Acervo Instituto Guaicuy



Gia Dias | Acervo Instituto Guaicuy



São exemplos de PCTs a comunidade Quilombola Saco Barreiro (Pompéu), o Povo Kaxixó (Martinho Campos e Pompéu), a Comunidade Cigana Calon de Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté) e a Tenda Umbandista Rei Congo (Morada Nova de Minas)

TERRITÓRIO ATENDIDO

REGIÃO 4 CURVELO Angueretá · Condomínio Encontro das Águas · Cachoeira do Choro · Chácaras · Fazendinhas do Paraopeba · **POMPÉU** Fazendinhas Baú · Novilha Brava · Campo Alegre · P.A. Queima Fogo · P.A. Chácara Chorius · Recanto do Piau · Cond. Recanto do Funil · Cond. Recanto dos Pássaros · Cond. Recanto da Sucupira · Cond. Canto da Seriema · Cond. Recanto do Laranjo · Cond. Vista da Lagoa · Cond. Ari Castelo Branco · Cond. Recanto das Águas · Quilombo Saco Barreiro · Balneário Reino dos Lagos · Condomínio Santa Cecília · Condomínio São Marcos · Aldeias Fundinho e Pindaíba / Povo Kaxixó

REGIÃO 5 FELIXLÂNDIA Ribeiro Manso · Condomínio La Poveda · Condomínio Quintas da Boa Vista · Barra do Paraopeba · Recanto do Peixe Vivo · Condomínio Chico Roça · Condomínio Recanto da Siriema · Condomínio Náutico Tucunaré · Recanto do Tucunaré · Condomínio Recanto da Lago (Grotta do Urubu) · Condomínio Praia Nova · Lago dos Cisnes · Riacho Fundo (Sítio Cachoeira) · Condomínio Estância das Garças · Condomínio Wenceslau · Lagoa Azul · Lagoa do Meio · Village do Lago · Riachão · São José do Buriti · Ilha do Mangabal · Campina Grande · Buritizinho · Faveira · São Geraldo do Salto · Ribeirão das Almas · Tronco · Flores · Paraíso · Várzea do Buriti · Saco da Ponte · **SÃO GONÇALO DO ABAETÉ** Morada dos Peixes · Beira Rio · Pontal do Abaeté · Vila Albana · Cachoeira Grande · **TRÊS MARIAS** Porto Novo · Barra do Rio de Janeiro · Silga · Ilha da Silga · Ilha do Coló · Ilha das Barreiras · Porto do Pontal · Aldeia dos Dourados · Ilha da Merenda · Paque das Nações · Escadinha · Barra do Espírito Santo · Morrinhos · Forquilha do Cabral · Ilha da Catuaba · Praia Mar de Minas · Chácaras do Lago · Porto Melancias · **BIQUINHAS** Biquinhas (sede) · Ranchos Ribeirão Extrema · Jatobá · **MORADA NOVA DE MINAS** Morada Nova (sede) · Sucuriú de Cima · Sucuriú de Baixo · Cascalheiras · Traçadal/Ilha Escarpas do Indaiá · Cacimbas · Indaiá de Baixo · Indaiá de Cima · Campo Alegre · Morro da Povoação · Vau das Flores · Frei Orlando · Larjinha Porto Novo · Pindaibas · Porto Melancias · **PAINÉIRAS** Paineiras (sede) · Poções / Atoleiro · Porto São Vicente · **MARTINHO CAMPOS** Aldeia Capão do Zezinho / Povo Kaxixó · **ABAETÉ** Abaeté (sede) · Aldeia · Veredas · Vila Jataí · Balneário Mangaba · Quintas do Abaeté · Saco Fechado e Vovó Arlinda · Riacho das Areias · Pontal da Capela · Patos do Abaeté



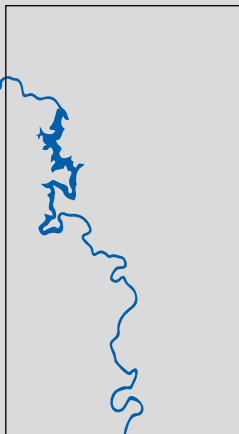
RIO SÃO FRANCISCO

pp. 52-59



REPRESA DE TRÊS MARIAS

pp. 42-51

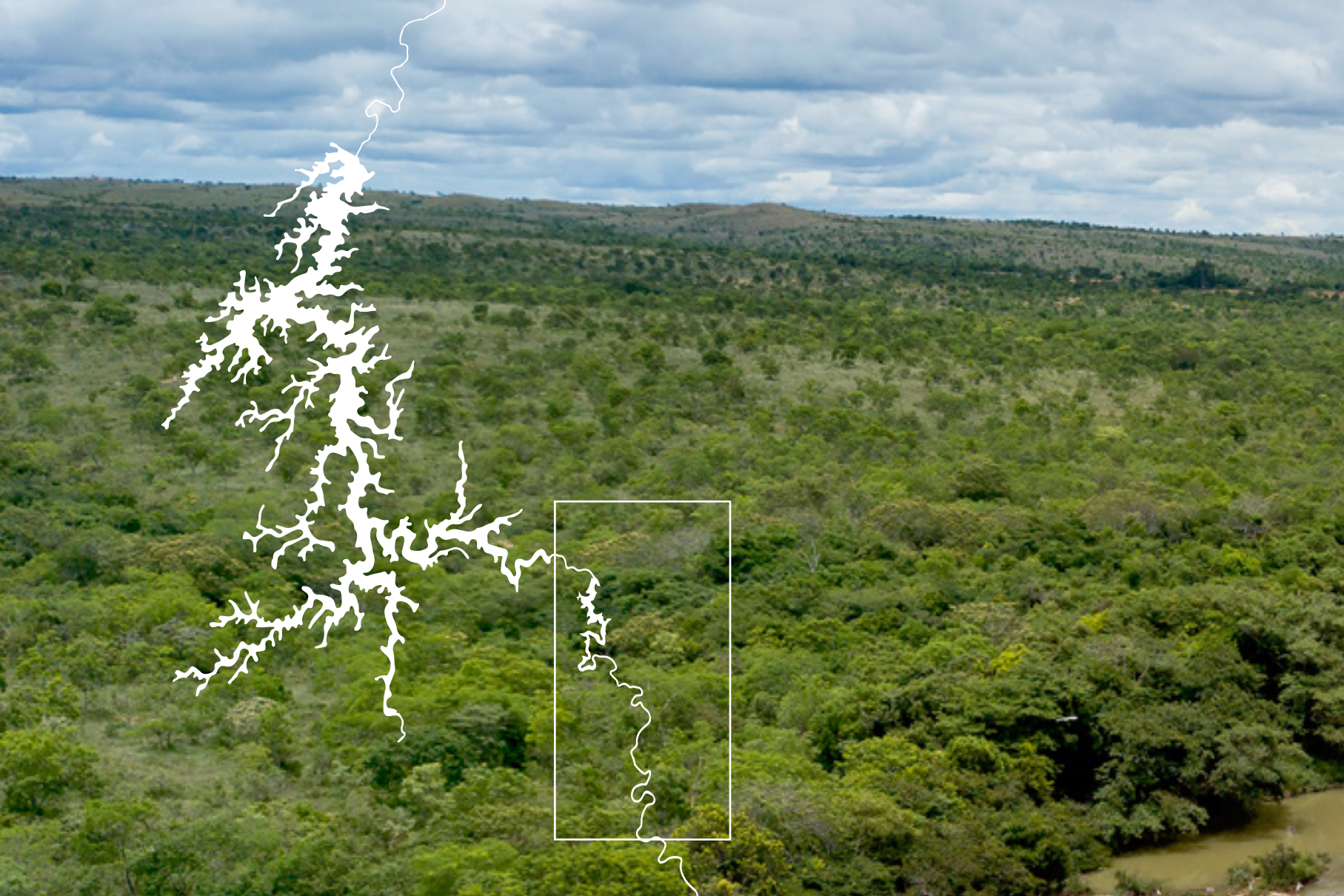


RIO PARAOPEBA

pp. 32-41

As pessoas e as comunidades atingidas pelo desastre-crime da Vale serão apresentadas, a seguir, de acordo com o curso da água. As fotos são divididas entre Rio Paraopeba, Represa de Três Marias e Rio São Francisco, não considerando, necessariamente, a divisão entre as Regiões 4 e 5 feita pelas IJs para delimitar os trabalhos das ATIs.

As pessoas retratadas tiveram seus modos de vida radicalmente impactados e muitas sofrem até hoje com problemas de saúde física e mental, insegurança hídrica, perda de renda, perda de lazer e laços sociais, desvalorização imobiliária, entre outros diversos prejuízos. Cinco anos após o rompimento elas seguem lutando pela reparação.





/ Rio Paraopeba





















/ Represa de Três Marias







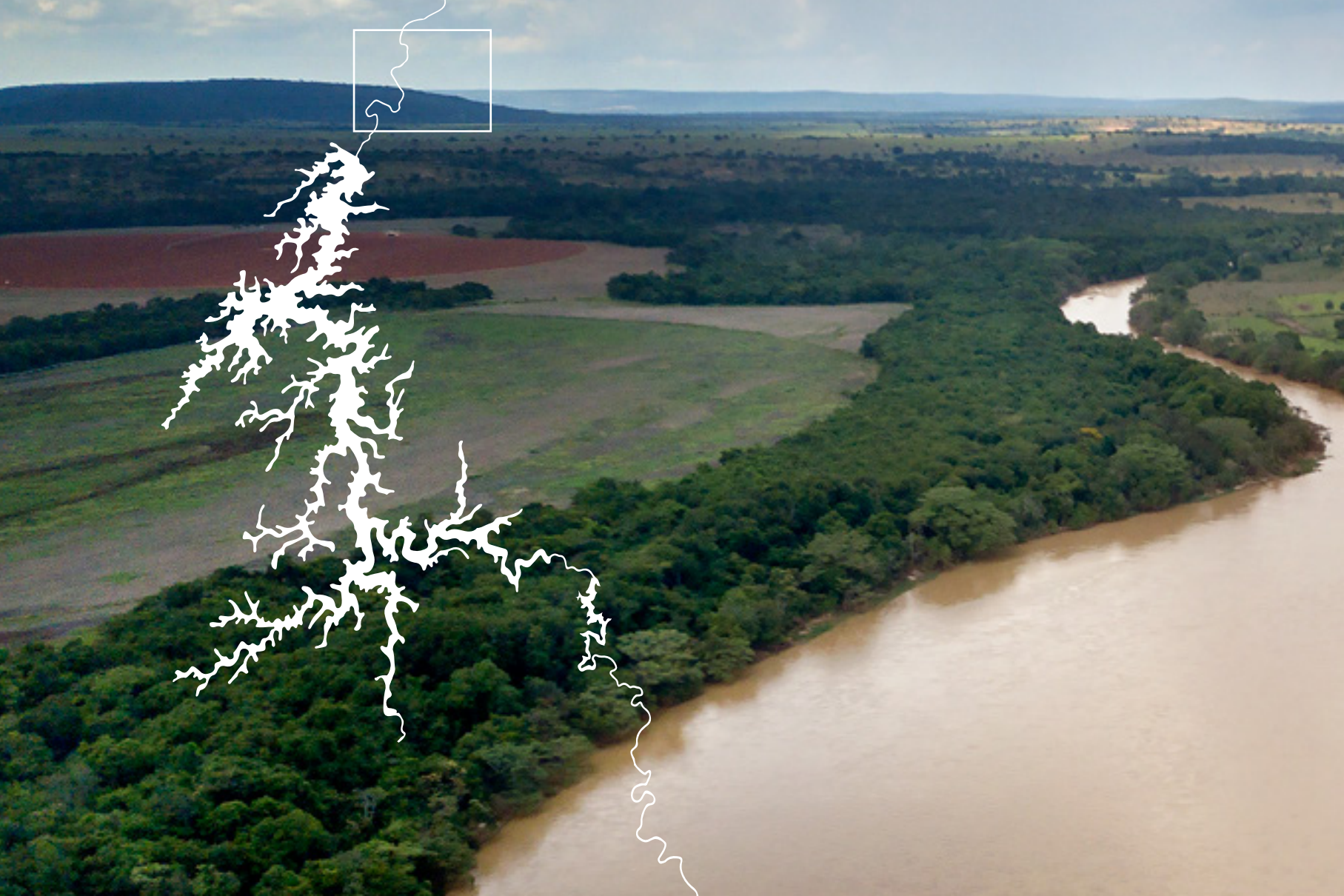














/ Rio São Francisco















FOTOGRAFIA Vinicius Mendonça/
Ibama/Creative Commons

Rompimento da barragem da
Mina Córrego do Feijão em 2019,
Brumadinho



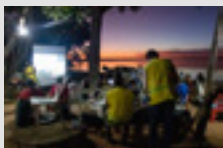
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Rio Paraopeba,
Angueretá,
Curvelo



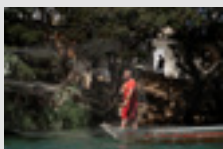
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Represa de Três Marias,
Abaeté



FOTOGRAFIA Paulo Marques

Cine D'Água, evento de projeção
de produções audiovisuais rea-
lizado em 2023, Balneário Reino
dos Lagos, Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Represa de Três Marias,
Três Marias



FOTOGRAFIA Eduardo Mota

Aprovação dos Planos de
Trabalho em 2019, Condomínio
Encontro das Águas,
Curvelo



FOTOGRAFIA Eduardo Mota

Aprovação dos Planos de
Trabalho em 2019,
Cachoeira do Choro,
Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Pessoas atingidas em frente
ao Tribunal de Justiça de
Minas Gerais em 2023,
Belo Horizonte



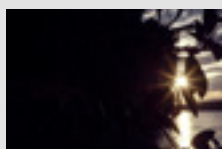
FOTOGRAFIA Fabiano Lana

Lindomar Rios em frente ao
Tribunal de Justiça de Minas
Gerais em 2023,
Belo Horizonte



FOTOGRAFIA João Carvalho

Reunião comunitária em 2022,
Paraíso,
Felixlândia



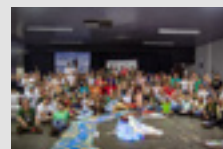
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Rio São Francisco,
Barra do Rio de Janeiro,
Três Marias



FOTOGRAFIA Paulo Marques

Segundo Encontro de
Comissões da Região 4,
em 2023,
Pompéu



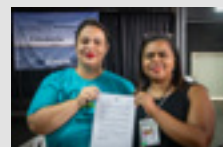
FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Segundo Encontro de
Comissões da Região 5,
em 2023,
Pompéu



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Lázara Juliana Carvalho e Carla
Wstane no Primeiro Encontro
de Comissões da Região 5
Leste, em 2023, Felixlândia



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Tatiane Menezes e Gleicilene da
Conceição Gonçalves no Segundo
Encontro de Comissões da Região 5,
em 2023, Pompéu



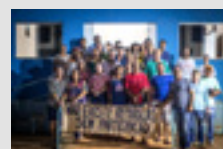
FOTOGRAFIA Paulo Marques

Eunice Godinho no Segundo
Encontro de Comissões da Região 4,
em 2023, Pompéu



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Francisco Hélio dos Santos em
visita do MPMG, em 2023, Paraíso,
Felixlândia



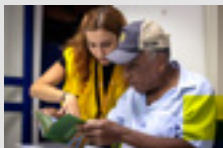
FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Pessoas atingidas em reunião
com MPMG em 2023, Frei Orlando,
Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Felipe Chemicatti

Represa de Três Marias,
Três Marias



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Alcindor Nazário de Oliveira
e Erna Holzinger em reunião
comunitária em 2023,
Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté



FOTOGRAFIA Quel Satto

Neide Alves de Almeida,
Comunidade Quilombola
Saco Barreiro, Pompéu



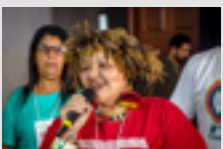
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Altair Teodoro, Povo Kaxixó,
Martinho Campos



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Reunião na Comunidade
Quilombola Saco Barreiro em
2023, Pompéu



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Liderjane Gomes (Povo Kaxixó)
no Encontro de Comissões da
Região 5, em 2023, Pompéu



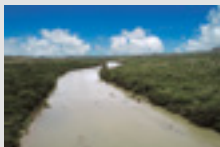
FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Reunião com os Ciganos
Calon de Beira Rio em 2023,
Beira Rio, São Gonçalo do
Abaeté



FOTOGRAFIA Gia Dias

Reunião da Comissão Guiados
pelo Axé em 2023, Morada Nova
de Minas



FOTOGRAFIA Léo Souza

Rio Paraopeba,
Cachoeira do Choro,
Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Comércio abandonado,
Cachoeira do Choro, Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Eliana Marques,
Cachoeira do Choro,
Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Irani Pereira Azevedo,
Cachoeira do Choro,
Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Pescadores, Cachoeira do
Choro, Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Marcone Leão Aprobato,
Angueretá,
Curvelo



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Junia Maria da Costa Macedo,
P.A. Chácara Chórius,
Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Lionete Feitosa,
Recanto do Laranjo,
Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Rosângela Maria de Souza,
Angueretá,
Curvelo



FOTOGRAFIA Morgana Mafra

Mércia Rita da Silva Borges
e Washington Luiz Borges,
Condomínio Encontro das Águas,
Curvelo



FOTOGRAFIA Morgana Mafra

Luciana Elizabeth Miranda de Paula, Recanto do Piaú, Pompéu



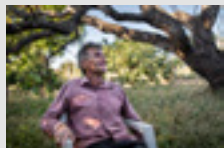
FOTOGRAFIA Léo Souza

Nívea de Almeida Alves, Cachoeira do Choro, Curvelo



FOTOGRAFIA Morgana Mafra

José Duarte, Recanto do Piaú, Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

José Maria, Fazendinhas Baú, Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Euclides Barbosa dos Santos e Reinira Moreira Santos Barbosa, Fazendinhas Baú, Pompéu



FOTOGRAFIA Morgana Mafra

Carmelino Pereira de Souza, Novilha Brava, Pompéu



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Cachoeira do Choro, Curvelo



FOTOGRAFIA Léo Souza

Represa de Três Marias, Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Quésia Martins dos Santos, Cond. São Marcos/Santa Cecília, Pompéu



FOTOGRAFIA João Carvalho

Anilson Carlos Pereira (Cacá), Paraíso, Felixlândia



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Sandra Aparecida, Ribeirão das Almas, Felixlândia



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Flávia Aparecida e Rubens Alves, Frei Orlando/Riacho das Areias, Abaeté



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Deusdete Lourenço e Hélio dos Santos Pimenta, Paineiras



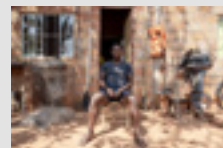
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Mônica de Cássia, Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Edicéia Lourenço de Oliveira, Larjinha, Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Adriel Rodrigues, Porto Novo, Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Cleyton de Souza Delfino, Porto Novo, Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Gia Dias

Arilza Ribeiro, Tenda Umbandista Rei Congo, Morada Nova de Minas



FOTOGRAFIA Gia Dias

Marli Gomes,
Aldeia,
Abaeté



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Mardani Monteiro,
Várzea do Buriti,
Felixlândia



FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Eva Dias da Rocha,
La Poveda,
Felixlândia



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Vicente José Neto (Gaia) e Maria
Auxiliadora de Souza e Silva
(Dora), Porto Melancias,
Morada Nova de Minas



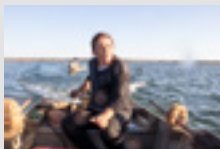
FOTOGRAFIA Pedro Lavigne

Dona Joana Pinto, Maria Heloisa
Pereira, Maria do Parto (Dona
Du), Lagoa do Meio, Felixlândia



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Norberto Antônio dos Santos,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Silvana Gomes da Rocha,
Paraíso,
Felixlândia



FOTOGRAFIA Léo Souza

Rio São Francisco,
Porto do Pontal,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Camili Aparecida da Silva, Barra
dos Quartéis, Três Marias e José
Maria da Silva (Fofão), Barra
do Rio de Janeiro, Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Raimundo dos Reis Saraiva,
Ilha da Merenda,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

José Maria De Souza e Maria
de Lourdes Araújo Magalhães,
Pontal do Abaeté,
São Gonçalo do Abaeté



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Getúlio Vargas de Campos,
Silga,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Fernanda Rodrigues da Silva
e Gael Rodrigues Lima,
Silga,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Silvia Leal Savala,
Porto do Pontal,
Três Marias



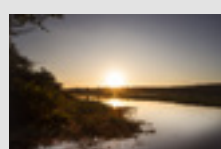
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Geraldo Magela Pinto,
Pontal do Abaeté,
São Gonçalo do Abaeté



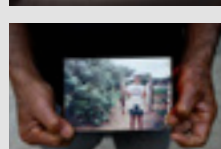
FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Rio São Francisco,
Silga,
Três Marias



FOTOGRAFIA Daniela Paoliello

Rio Paraopeba,
Recanto do Piau,
Pompéu



FOTOGRAFIA Tainara Torres

José Mendes Barbosa,
Cachoeira do Choro,
Curvelo

INSTITUTO GUAICUY | ATI PARA OPEBA

DIRETOR INSTITUCIONAL

Marcus Vinicius Polignano

DIRETOR EXECUTIVO

José de Castro Procópio

DIRETORA TÉCNICA

Carla Wstane

GERENTE ORGANIZACIONAL

Marcus Vinicius Evaristo

GERENTE DE PORTFÓLIO

Júlia Nascimento

GESTOR DE PROJETOS INTERNOS

Higor Pereira

GESTOR DE PARTICIPAÇÃO INFORMADA E PCTs

Fred Siman

GESTORA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS

Júlia Barbosa

GESTORA DE PROJETOS DE MITIGAÇÃO

Paula Constante

**ASSESSOR-CHEFE DE TECNOLOGIA,
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Thiago Morais

ASSESSORA-CHEFE DE REPARAÇÃO

Fernanda Oliveira

**ASSESSORA-CHEFE DE
RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL**

Paula Oliveira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joana Tavares e Mathias Botelho

TEXTOS

Camila Bastos, Laura de Las Casas,
Joana Tavares e Marcus Vinicius Polignano

EDIÇÃO DOS TEXTOS

Mathias Botelho

EDIÇÃO DAS IMAGENS

Daniela Paoliello

TRATAMENTO

Felipe Chemicatti

REVISÃO

Camila Bastos, Mathias Botelho e Natália Ferraz

PROJETO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Felipe Chemicatti

FOTOGRAFIAS

Daniela Paoliello, Eduardo Mota, Fabiano Lana,
Felipe Chemicatti, Gia Dias, João Carvalho, Léo
Souza, Morgana Mafra, Paulo Marques, Pedro
Lavigne, Quel Satto, Tainara Torres e Vinicius
Mendonça (Ibama)



guaicuy.org.br

OS RIOS

*Os rios que eu encontro
vão seguindo comigo.
Rios são de água pouca,
em que a água sempre está por um fio.
Cortados no verão
que faz secar todos os rios.
Rios todos com nome
e que abraço como a amigos.
Uns com nome de gente,
outros com nome de bicho,
uns com nome de santo,
muitos só com apelido.
Mas todos como a gente
que por aqui tenho visto:
a gente cuja vida
se interrompe quando os rios.*

João Cabral de Melo Neto, Poesia Completa
Trecho do poema O rio, Editora Alfaguara, 2020.

INSTITUTO **GUAICUY**
guaicuy.org.br



JANEIRO de 2024